



**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO – ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Pregão Eletrônico nº 90.109/2025**

**Processo Administrativo nº 5.911/2025**

**Recorrente: CONTRANSIN – INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

**Recorrida: TECH GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA**

**TECH GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA**, CNPJ sob o nº 46.293.899/0001-89, devidamente qualificada nos autos, vem, perante Vossa Excelência, na forma de seus atos constitutivos, apresentar:

### **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

Interposto pela Recorrente **CONTRANSIN - INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, em razão de sua desclassificação, pelas razões de Fato e de Direito a seguir expostas.

#### **I - SINTESE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

O Município de Nova Friburgo instaurou o Pregão Eletrônico nº 90.109/2025, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para operacionalização, programação e manutenção do sistema semafórico municipal, nos termos do Edital e do respectivo Termo de Referência.



No regular desenvolvimento do certame, a empresa CONTRANSIN – Indústria e Comércio Ltda. foi inicialmente classificada, tendo sido posteriormente desclassificada pela Administração Pública na fase de Prova de Conceito, conforme critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório.

Em decorrência dessa desclassificação, a empresa ora manifestante foi regularmente convocada, submetida à Prova de Conceito, aprovada, habilitada e, ao final, formalmente declarada vencedora do certame, por decisão expressa da autoridade administrativa competente.

Posteriormente, a licitante desclassificada interpôs recurso administrativo questionando os fundamentos que ensejaram a sua própria exclusão do certame.

## **II - DA REGULARIDADE DA HABILITAÇÃO E DA PROVA DE CONCEITO DA LICITANTE VENCEDORA**

A empresa ora manifestante participou do procedimento licitatório de forma absolutamente regular, observando estritamente todas as exigências editalícias.

Após a desclassificação da recorrente, a manifestante foi devidamente convocada pela Administração Pública para a fase subsequente, tendo apresentado a documentação exigida; atendido integralmente aos requisitos técnicos; sido submetida à Prova de Conceito; obtido a aprovação formal, e sido declarada vencedora do certame, nos exatos termos do Edital.

Tais atos decorreram de decisões administrativas motivadas, praticadas por agentes públicos no exercício regular de suas atribuições legais, não recaindo sobre a empresa vencedora qualquer apontamento de irregularidade, vício ou descumprimento contratual ou editalício.



Ressalte-se que todos esses atos decorreram de **decisões administrativas expressamente motivadas**, praticadas por agentes públicos no exercício regular de suas atribuições legais, em consonância com os princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia, da impessoalidade e da segurança jurídica.

Não recai sobre a empresa vencedora qualquer imputação de irregularidade, vício procedimental ou descumprimento de cláusula editalícia, tampouco há nos autos do certame qualquer elemento que comprometa a validade da sua habilitação ou da aprovação obtida na Prova de Conceito.

Dessa forma, a posição jurídica atualmente ocupada pela manifestante, de licitante habilitada, aprovada e declarada vencedora, decorre exclusivamente da aplicação objetiva das regras do Edital pela Administração Pública, permanecendo plenamente válida e eficaz até eventual revisão pela autoridade competente, nos estritos limites do devido processo administrativo.

### **III - DA DELIMITAÇÃO DO PAPEL PROCESSUAL DA LICITANTE VENCEDORA**

#### **a) Da Impossibilidade de Juízo de Valor sobre os Atos Administrativos:**

A presente manifestação tem por finalidade delimitar objetivamente o papel da licitante vencedora no âmbito do procedimento recursal, sem qualquer incursão no mérito das razões apresentadas pela recorrente.

Com efeito, não compete à licitante vencedora substituir a Administração Pública no exercício do controle de legalidade, conveniência ou oportunidade dos atos administrativos praticados no curso do certame.



A análise acerca da correção ou não da desclassificação da licitante recorrente constitui matéria afeta exclusivamente à autoridade administrativa competente, a quem incumbe o dever de apreciar os fundamentos recursais, à luz do Edital, da Lei nº 14.133/2021 e dos princípios que regem a Administração Pública.

Assim, qualquer manifestação técnica ou valorativa acerca dos critérios que ensejaram a inabilitação da recorrente extrapolaria os limites institucionais da atuação da empresa vencedora, razão pela qual esta se abstém, de forma deliberada e responsável, de ingressar no mérito do recurso interposto.

#### **b) Da Presunção de Legitimidade e Legalidade dos Atos Administrativos:**

Os atos administrativos praticados no curso do Pregão Eletrônico nº 90.109/2025 gozam de presunção de legitimidade, legalidade e veracidade, atributos que decorrem diretamente do regime jurídico-administrativo e que orientam a atuação da Administração Pública em seus procedimentos decisórios.

Em razão dessa presunção, os atos praticados pelos agentes públicos no exercício regular de suas atribuições produzem efeitos jurídicos válidos e eficazes desde a sua edição, permanecendo hígidos até que sobrevenha eventual revisão pela própria Administração, no exercício do poder-dever de autotutela, ou decisão de órgão competente que venha a desconstituí-los, observado, em qualquer hipótese, o devido processo legal.

Desse modo, não se revela juridicamente suficiente a mera insurgência unilateral de licitante inconformada para afastar, de plano, a eficácia de decisões administrativas regularmente motivadas, especialmente quando inexistem, no momento, elementos formais que indiquem nulidade, ilegalidade manifesta ou violação às regras do instrumento convocatório.



Nesse sentido, a doutrina de Celso Antônio Bandeira de Mello ressalta que a presunção de legitimidade faz com que os atos administrativos sejam tidos, até prova em contrário, como conformes à Constituição e à lei, impondo ao particular o ônus de provar eventual vício.

Nesse contexto, a aprovação da Prova de Conceito da empresa vencedora, bem como sua consequente habilitação e classificação final no certame, consubstanciam atos administrativos plenamente válidos, editados em conformidade com o Edital e com a legislação aplicável, razão pela qual subsistem íntegros e aptos a produzir seus efeitos, inexistindo qualquer óbice jurídico ao regular prosseguimento do procedimento licitatório até ulterior deliberação da autoridade competente.

#### **IV - DA INEXISTÊNCIA DE ACEITAÇÃO TÁCITA DOS ARGUMENTOS DA RECORRENTE**

Registre-se, de forma expressa e inequívoca, que a presente contrarrazão não configura, em nenhuma hipótese, aceitação tácita, concordância ou validação dos argumentos apresentados pela licitante recorrente.

Trata-se de manifestação estritamente institucional, limitada a: reafirmar a regularidade da participação da empresa vencedora; reconhecer a competência exclusiva da Administração para apreciação do recurso, e resguardar a segurança jurídica do procedimento licitatório.

A ausência de enfrentamento específico dos fundamentos do recurso decorre, unicamente, do respeito à distribuição legal de competências no âmbito do procedimento administrativo, e não de qualquer concordância com as alegações formuladas.



## V - CONCLUSÃO

Diante do exposto, a licitante vencedora requer:

- a) **o recebimento** das presentes contrarrazões, como manifestação legítima e tempestiva;
- b) **o regular processamento** do recurso administrativo, com sua análise pela autoridade competente;
- c) **a manutenção da classificação**, da aprovação na Prova de Conceito, da habilitação e da declaração de vitória da empresa TECH, licitante vencedora do certame, com o consequente prosseguimento do procedimento licitatório para fins de adjudicação e contratação.

Termos em que,

Pede deferimento.

**TECH GERENCIAMENTO DE PROJETOS LTDA**

**CNPJ nº 46.293.899/0001-89**